

## **O largo da Mumadona.**

### **História, desenho e evolução da sua importância na estrutura urbana de Guimarães.**

Eduardo Fernandes

eduardo@arquitectura.uminho.pt

EAUM, LAB2PT

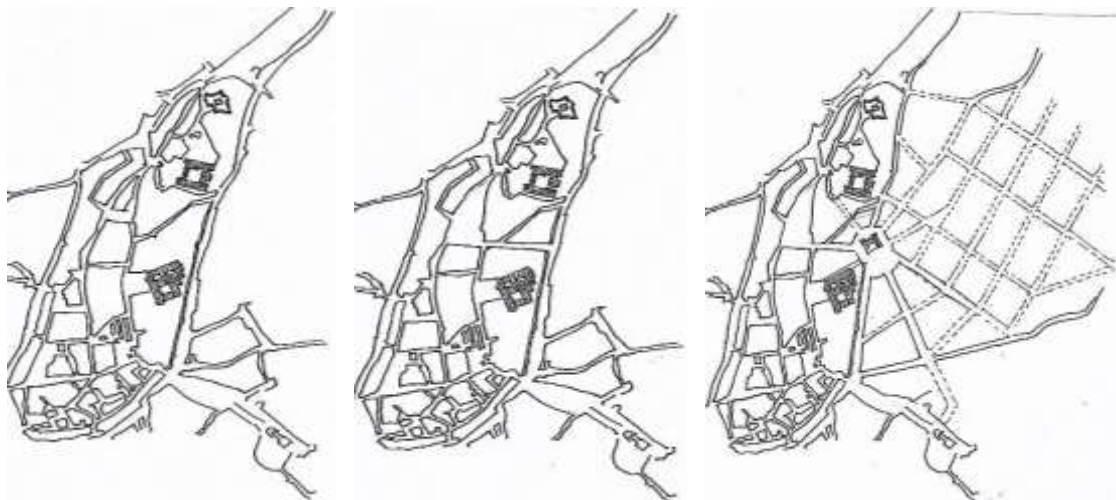
#### **Abstract**

O largo de Mumadona, espaço de grande importância na história recente da cidade de Guimarães, é um exemplo do confronto entre o Poder Local e o Estado Novo que ocorreu durante boa parte do século XX, em Portugal.

Projetada como núcleo central da nova zona de expansão urbana prevista no Plano do Capitão Luís de Pina (1925), a então denominada “Praça Municipal” deveria incluir o novo edifício da Câmara, projetado por Marques da Silva, cuja construção nunca foi finalizada. Foi aí, posteriormente, edificado o Palácio de Justiça, projetado por Luís Benavente e inaugurado em 1960; a sua construção mantinha como pressuposto a importância pretendida para este espaço na vida cívica de Guimarães, que é ainda evidente nos Planos de Urbanização desenvolvidos por David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva (1945-55) e Fernando Távora (1979-82).

A recente construção de um parque de estacionamento subterrâneo, com projeto de Álvaro Siza (2011), veio requalificar a praça.

No entanto, continua a ser evidente que este espaço, ponto de charneira entre a cidade nova e a cidade histórica, não tem para os Vimaraneses a importância cívica que, nos diferentes momentos da história do planeamento de Guimarães, lhe foi sendo atribuída.



**Figura 1.** Esquemas da evolução de Guimarães: a) malha urbana anterior ao plano de 1867; b) situação após a abertura do largo do Carmo e da rua de Serpa Pinto; c) traçado previsto no plano de 1925. Desenhos de Eduardo Fernandes, a partir de CMG (1925) e CMG (1985).

## 1. Da rua dos Trigais à rua de Santa Cruz.

O local onde hoje se situa o largo da Mumadona foi, ao longo da história de Guimarães, uma área não edificada, situada nas traseiras do Convento de Santa Clara (construído no século XVI), do lado nascente da cidade.

Aí passava um tramo da muralha iniciada por D. Dinis, que unificou os dois burgos (Vila Alta e Vila Baixa) que se foram desenvolvendo em redor do castelo e do mosteiro edificados a mando da Condessa Mumadona no século X. Quando, a partir do século XVII, a muralha perde a sua utilidade defensiva e se inicia a sua progressiva demolição (intensificada a partir do século XVIII), este sector sobrevive, graças à menor dinâmica de crescimento da cidade, do lado nascente.

No final do primeiro quartel do século XX, este setor e a torre da alfândega são os únicos vestígios significativos que desmentem os receios do Padre António Caldas, que (no final do século XIX) previa que a antiga cerca “não possuirá daqui a pouco uma só pedra, que ateste aos vindouros a sua antiga existência” (Caldas, 1881: 428-30).

Este pano de muralha era ladeado, pelo exterior, pela rua dos Trigais (atual Avenida Alberto Sampaio), que seguia da porta do Postigo, no campo da feira, junto à torre da Senhora da Guia, até à porta que dava acesso à “ponte da Freiria, chamada também de

Santa Cruz”, onde se encontrava com a estrada que seguia para Fafe; entre as duas portas, 490 passos a sul do “torrilhão” da Freiria e 262 passos a norte da torre de Nossa Senhora da Guia, erguia-se a “torre dos Cães” (Caldas, 1881: 428).<sup>1</sup>

No interior da muralha, esta área era ocupada pela cerca de Santa Clara e dominada pela proximidade do Paço dos Duques, que começa a ser edificado no início do século XV,<sup>2</sup> um pouco mais a norte; a tendência de esvaziamento que se inicia nesse século, na Vila Alta, permite que este sector se mantenha sem grandes transformações até à segunda metade do século XIX (fig. 1a).

O Plano do Eng. Almeida Ribeiro (professor de Arquitectura Civil e Naval da Academia Portuguesa de Belas Artes), concluído em 1867, e a subsequente ação da Comissão de Melhoramentos criada (em 1869) para o executar, têm efeitos visíveis na revitalização da área da antiga Vila Alta: cria-se o largo do Carmo (atual largo Martins Sarmiento), em 1881 (com o alargamento do terreiro existente e a destruição do casario situado no seu limite norte, entre as ruas do Poço e da Infesta), abre-se a rua Serpa Pinto (entre 1891 e 1892) que o liga à estrada de Fafe (rua de Santa Cruz), na área onde mais tarde se localiza o largo de Mumadona (fig. 1b).

É já no século XX que se desenrolam os acontecimentos que irão dar sentido à construção da nova praça: o processo de construção do novo edifício dos Paços de Conselho e o Plano Geral de Alargamento da Cidade, do Capitão Luís de Pina (fig. 1c).

Em 1869 já se falava na possibilidade de instalar serviços da Câmara Municipal de Guimarães no convento de Santa Clara,<sup>3</sup> desocupado na sequência da extinção das ordens

---

<sup>1</sup> A localização da torre dos Cães varia conforme a cartografia consultada, mas a planta de 1570 (adquirida pela Fundação Martins Sarmiento na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) parece confirmar a localização citada, ao contrário da planta que Mário Cardoso desenha (em 1922), ilustrando a cidade no séc. XVII, onde a torre dos cães surge um pouco mais a norte (ver CMG, 1985).

<sup>2</sup> No final do primeiro quartel de Quatrocentos, D. Afonso (filho bastardo de D. João I e primeiro duque de Bragança) fixa residência em Guimarães, iniciando a construção do seu palácio. Após a sua morte, a construção do Paço é interrompida sendo retomada já na viragem para o séc. XVI. Com a deslocação dos descendentes da Casa de Bragança para Arraiolos e Vila Viçosa, no início do séc. XVI, o paço é abandonado (possivelmente, sem estar ainda concluído); há notícia de que estivesse em ruínas em 1530. Durante os séculos seguintes, as suas pedras são usadas em diversas construções e o edifício serve outros usos: celeiro para o armazenamento das rendas da Rainha e, depois de 1807, Quartel do Regimento de Infantaria, função que desempenha até 1938, apesar de ser considerado monumento histórico de 2ª classe em 1880. Em 1936 iniciam-se as obras de restauro, pela DGEMN, que lhe conferem a imagem que apresenta hoje (Silva, 1996 e Ferrão; Afonso, 2002b).

<sup>3</sup> A instalação de serviços municipais no convento ocorre bastante mais tarde. Primeiro será cedido à Colegiada, sendo aí instalado o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, em 1893; três anos depois será aí instalado o Liceu Martins Sarmiento (primeiro liceu Vimarense); em 1958 é apresentado o estudo da adaptação do edifício a Câmara Municipal, projeto do arquiteto Luís Benavente, mas só em 1968 se efetiva a instalação definitiva (ver Ferrão; Afonso, 2002a e Ferrão; Afonso, 2002b).

religiosas (em 1834), após o falecimento da última freira (em 1891); repensar a sede municipal era uma necessidade cada vez mais evidente, porque o edifício edificado no início do século XVII<sup>4</sup> para os Paços do Concelho, entre as praças da Oliveira e de S. Tiago, “guardava a «ideia» mas não a comportava, de facto, na dimensão” (Cardoso, 1997: 323).

Na sessão Camarária de 2 de janeiro de 1914, Mariano Felgueiras propõe à Câmara Municipal que a Comissão Executiva (de que era presidente) “fosse encarregada de pôr em prática um conjunto de melhoramentos” na cidade, entre os quais se incluía “a construção de um edifício para Paços do Concelho e repartições públicas”. O relatório apresentado pela Comissão Executiva em dezembro propõe a sua construção na praça de S. Tiago, criando um “mútuo espelhamento entre os velhos e os novos Paços do Concelho” (Cardoso, 1997: 324-6).

As bases para o concurso público de projeto são aprovadas em 16 de julho de 1916 e em 13 de outubro do mesmo ano já estão entregues as 11 propostas concorrentes. O projeto apresentado por Marques da Silva é classificado em primeiro lugar, apresentando uma “compósita imagem na qual se evoca o «castelo altaneiro», a capela românica de S. Miguel do Castelo, os Paços dos Duques (...), a parte gótica da Igreja de S. Francisco, a Colegiada e a Praça da Senhora da Oliveira (...) e sobretudo o, então, actual edifício da Câmara, «tão característico pelo seu pórtico gótico, de trânsito público, a ligar as duas praças»” (Cardoso, 1997: 328-9).

No entanto, o projeto não chega a ser concretizado na Praça de S. Tiago, onde a sua construção implicaria a demolição de várias casas habitadas. Em 1923 o Ministério do Comércio e Comunicações aprova uma solução que propunha a sua construção noutro local: na confluência da rua de Serpa Pinto com a estrada de Fafe. O projeto de implantação, que incluía o desenho de uma praça para a qual convergiam várias vias, é aprovado em 1924; a sua memória descritiva é assinada pelo Eng. António Martins Ferreira (Cardoso, 1997: 331-2), mas parece evidente que terá sido redigida por Marques da Silva.

---

<sup>4</sup> Os primeiros Paços do Concelho foram edificados neste local no séc. XIV, mas em 1516, estando estes em mau estado de conservação, foi iniciada a construção de um novo edifício. Em 1612 a obra está concluída e, pela sua descrição, percebemos que é semelhante ao que hoje existe. O edifício foi intervencionado várias vezes, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XX, mas manteve o essencial da sua imagem (Fernandes; Jorge, 2011: 92-93).

No ano seguinte é apresentado o Plano Geral de Alargamento da Cidade, do Capitão Luís de Pina, que prevê a criação de uma zona de expansão urbana em torno do edifício da nova Câmara Municipal, que se encontrava já em construção.<sup>5</sup>



**Figura 2.** Esquemas da evolução de Guimarães: a) situação anterior ao plano de 1867; b) traçado previsto no plano de 1925; c) expansão para poente, com o prolongamento da rua Gil Vicente (atual avenida Conde Margaride). Desenhos de Eduardo Fernandes, a partir de Ferrão; Afonso (2002a), CMG (1925), Silva; Silva (1951) e Távora (1982).

## 2. O Plano Geral de Alargamento da Cidade de Luís de Pina.

O plano de melhoramentos do Engenheiro Almeida Ribeiro (1867) contemplava o traçado de novas vias, como a rua Paio Galvão (ligando o Toural e a nova praça de mercado) e a rua Nova do Mercado (atual Gil Vicente), abertas em 1873 (Ferrão; Afonso, 2002a). No entanto, a abertura destas vias dificilmente pode ser consideradas como uma expansão da cidade; eram apenas intervenções pontuais que procuravam ordenar a malha existente, do lado poente.

A única expansão significativa ocorrida na cidade no século XIX não estava prevista neste plano: a construção de duas avenidas quase paralelas que ligam a estação ferroviária de Guimarães (estabelecida em 1884 a sul do núcleo muralhado) à cidade, as avenidas da Indústria e do Comércio (atualmente D. João IV e D. Afonso Henriques).

Assim, o Plano Geral de Alargamento da Cidade, do Capitão Luís de Pina (fig. 2a), é o primeiro estudo urbanístico que procura ordenar o crescimento da cidade.

---

<sup>5</sup> As plantas, cortes e alçados deste projeto (cujo programa incluía os serviços do Tribunal e da Câmara Municipal), bem como a sua memória descritiva, foram publicados pela Câmara Municipal de Guimarães (CMG, 1925).

Na planta que acompanha a proposta são evidentes duas ideias base, salientadas por Mariano Felgueiras na introdução à publicação do Plano: em primeiro lugar, a intenção de conservar “o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional”; em segundo lugar, e para melhor poder preservar a cidade existente, a proposta de uma matriz de crescimento regular, para nascente, “satisfazendo as modernas exigências de civilização e estética” (CMG, 1925: 3).

Neste sentido, justifica-se o desenho de uma praça central, de grande dimensão, que funcionasse como elemento unificador e articulador das duas partes (velha e nova) que, no desenho, se equivalem em área. Assim, mais do que o traçado de uma área de expansão, Luís de Pina propõe recentrar a cidade, intenção que é evidente no desenho da nova praça do município e das avenidas que para aí confluem.

Na organização do conjunto, sobressai um esquema em forma de pata de ganso que lembra a praça Del Popolo (em Roma) e as triangulações do plano de Haussman para Paris, mas está também claramente referenciado a Guimarães: a avenida Alberto Sampaio corre paralela ao pano da muralha que sobreviveu às demolições do século XIX, a avenida Cónego Gaspar aponta ao alto da colina da Penha (local onde poucos anos depois se irá construir um Santuário, com projeto de Marques da Silva), a avenida dos Combatentes da Grande Guerra, no centro, traça a bissetriz do ângulo formado pelas outras duas e a (já existente) rua José Sampaio, que remata o triângulo, aponta ao convento de Sta. Marinha da Costa. Completam o desenho inicialmente previsto, do lado poente, a via que liga a nova praça municipal ao largo de Santa Clara (concretizada em 1925), a rua Serpa Pinto (já existente) e uma outra, que não chega a ser realizada, que passaria entre o Convento do Carmo e o Paço dos Duques e remataria na rua Conde D. Henrique; a nascente/norte são também propostas três novas vias, simétricas em relação às previstas para poente segundo o eixo da praça (definido pelo alinhamento da já referida avenida dos Combatentes da Grande Guerra).

Este sistema viário radial, já previsto por Marques da Silva no desenho de 1924 para a nova praça Municipal, organizava toda a estratégia de expansão da cidade, articulando o traçado existente com a malha de quarteirões retangulares previstos para norte/nascente, que se desenvolveriam perpendicularmente à Avenida Cónego Gaspar.

A nova praça ganhava assim uma dupla centralidade: por um lado, seria o centro do poder municipal, deslocado da sua anterior localização na articulação das praças de S. Tiago e

da Oliveira; por outro lado, seria o centro da área urbanizada e o ponto de confluência das principais vias da cidade.

Esta nova centralidade implicava ainda uma tentativa de contrariar (ou simplesmente ignorar) as tradicionais dinâmicas de expansão da cidade: se Guimarães nasce numa bipolarização (entre castelo e mosteiro), a unificação do burgo implica um eixo longitudinal, “que se manifestará secularmente” (Távora, 1982: 38), para norte/nascente (na direção de S. Torcato e Chaves) e para sul/poente, na direção de Vila do Conde, Santo Tirso e Porto (fig. 2a).

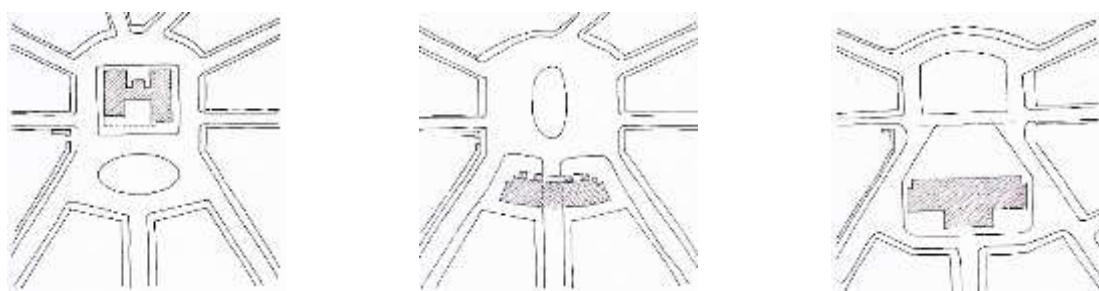
Se era, sobretudo, nesta direção que a cidade tendia a expandir-se, antes de 1925, de forma não planeada, é ainda nesse sentido (sul/poente) que o seu crescimento se vai continuar a realizar, ignorando as intenções do plano de Luís de Pina; esta permanência da anterior tendência torna-se evidente logo em 1931, com a abertura do prolongamento da rua Gil Vicente (atual avenida Conde Margaride). Assim, do desenho do plano de 1925 pouco mais se concretiza do que o referido sistema de vias em ‘pata de ganso’; da projetada expansão a norte/nascente, estruturada pelo sistema de matriz geométrica, pouco se realizará (fig. 2c).

As mudanças políticas ocorridas no ano seguinte ditam o afastamento de Mariano Felgueiras da Câmara Municipal; a nova Comissão administrativa dará prioridade ao primeiro vetor do plano de Luís de Pina (a valorização da cidade existente) em detrimento do segundo (a planificação da sua expansão). Assim, entre 1929 e 1940, o maior esforço de ordenamento da cidade faz-se na zona da colina do Castelo, para a qual o plano de 1925 já propunha a demolição “dos velhos casebres e quintais de forma a constituir um terreiro do qual livremente se admirem as elegantes formas dessas relíquias do passado” (CMG, 1925: 17).

É ainda no “quadro de implementação do plano de Luís de Pina” que se realizará “o primeiro de muitos «pastiches» efetuados, pouco depois, pela ditadura nacional”: a abertura da rua Nuno Álvares (que liga a nova praça à rua de Santa Maria) implicou a demolição de parte do setor da muralha que sobreviveu ao séc. XIX; para rematar o remanescente, no cimo da avenida Alberto Sampaio, foi criado um “cotovelo no pano

nascente da muralha, onde se praticou uma falsa porta<sup>6</sup> para serviço da cerca do convento de Santa Clara” (Ferrão, 2002: 217).

Entre 1925 e 1938 Marques da Silva realiza vários desenhos que, aceitando as premissas do plano de 1925, procuram harmonizar a intervenção na colina do castelo com a expansão planeada por Luís de Pina, que culminam num ambicioso (e não realizado) estudo para o Plano de Extensão da Cidade (Tavares, 2010: 87). Entretanto, na nova praça, a construção dos novos Paços do Concelho prosseguia a ritmo lento, até que, em 1934, foi ordenada a suspensão dos trabalhos.



**Figura 3.** Esquemas de ocupação da praça do Município (atual largo de Mumadona) a) implantação prevista no plano de 1925 para os Paços do Concelho; b) implantação proposta por Januário Godinho para o Palácio da Justiça; c) implantação de Luís Benavente para o Tribunal.

Desenhos de Eduardo Fernandes, a partir de CMG (1925), Tavares (2010) e CDFAUP (processo JG163).

### **3. Dos Paços de Concelho ao Tribunal.**

Desenhado como praça do Município, com a intenção de criar um centro unificador que articulasse a nova expansão com a velha cidade, o atualmente denominado largo de Mumadona vai ser cenário de um confronto entre as intenções de Mariano Felgueiras, Luís de Pina e Marques da Silva e a subsequente ingerência do poder do Estado Novo, cuja prioridade é preparar o cenário para as comemorações dos Centenários.

As obras de beneficiação do monte Latito, projetadas por Faria da Costa (com a colaboração de Marques da Silva) e complementadas pela intervenção da Direção Geral dos Monumentos Nacionais na Igreja de S. Miguel, no Castelo e no Paço dos Duques,

---

<sup>6</sup> Pode ver-se uma antevisão desta porta (num alçado perspético rudimentar) incluída nos desenhos do Plano (CMG, 1925: 19).



fazem parte de uma estratégia de “encenação e «restauração» monumentais” que terá o seu auge em 1940 (Ferrão; Afonso, 2002a: 142). Em 1934, a DGEMN vai aconselhar a suspensão da construção do edifício dos Paços de Concelho, com a recomendação da reformulação do projeto que permitisse aproveitar “para outros fins o que está realizado”, enquanto, em paralelo, se estudava a adaptação do Paço dos Duques para instalação da Câmara Municipal. Esta recomendação vem na sequência de um longo debate que ocorre na cidade: inicia-se em 1926, com as obras ainda a decorrer, e prolonga-se depois da suspensão dos trabalhos, que deixam no largo o “espetáculo deplorável de uma obra abandonada”. Mas se em 1945 ainda havia na cidade quem defendesse publicamente a conclusão do edifício, a morte de Marques da Silva, em junho de 47, facilitaria a decisão da sua demolição, que não seria, no entanto, consensual (Cardoso, 1997: 335-40).

Mesmo depois da decisão da demolição da parte já construída ser irrevogável, Mariano Felgueiras ainda defendia a construção do edifício projetado por Marques da Silva noutro local da cidade; num artigo publicado no jornal *Notícias de Guimarães* de 20 de Novembro de 1955, sugeria a sua construção no topo norte da praça do Toural, que “por feliz coincidência, mede justamente os 40 metros que terá a frente do edifício, segundo o projecto” (Neves, 2017).

Em 1945 iniciam-se os trabalhos do Plano de Urbanização da Cidade de Guimarães,<sup>7</sup> da autoria de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva.<sup>8</sup> O Antepiano entregue em 1949 não apresenta grandes semelhanças com a anterior proposta de Luís de Pina, exceto na consideração daquilo que já tinha sido concretizado da proposta de 1925. Partindo da Praça Municipal e do seu sistema de vias em pata de ganso, Moreira da Silva altera a matriz geométrica da extensão anteriormente prevista, procurando dar continuidade para nascente/nordeste (perpendicularmente à avenida dos Combatentes da Grande Guerra) à direção fortemente marcada pela avenida Conde de Margaride e pela rua Gil Vicente, que constitui o principal eixo de crescimento da cidade previsto neste plano.

No entanto, na Memória Descritiva de 1949, Moreira da Silva faz ainda a defesa do projeto de Marques da Silva: refere-se ao futuro largo de Mumadona como “Centro

---

<sup>7</sup> O contrato, que se encontra arquivado na Fundação Marques da Silva, tem a data de 24 de outubro de 1945.

<sup>8</sup> Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva eram, respetivamente, filha e genro de Marques da Silva; foram também antigos colaboradores do Mestre e continuadores da sua obra, após 1947.

Administrativo” da cidade, salientando que “o elemento preponderante da sua composição deverá ser sempre o edifício dos novos Paços do Concelho” (p. 57); no mesmo texto (p. 42), faz também um ponto de situação da longa história da obra, defendendo a sua conclusão e rebatendo os argumentos dos que defendem a sua demolição:<sup>9</sup>

“O edifício onde actualmente está instalada a Câmara Municipal, na Casa que foi de Martins Sarmento, não tem nem pode reunir as condições necessárias para esse fim. A sua substituição por outro é problema que há perto de quarenta anos apasiona a parte da população citadina para a qual o espírito cívico não é expressão vazia de sentido. Mas a verdade é que, apesar de haverem decorrido mais de trinta anos sobre o início das respectivas obras, há muito suspensas não se descortina bem com que fundamento, ainda não lhe foi dada a necessária, completa e definitiva solução. É certo que as paredes, assentes em fundações particularmente dispendiosas, cresceram até à altura do 1º andar, e que se despendeu muito dinheiro com a urbanização da nova Praça do Município e respectivos arruamentos radiais. Mas, a dado momento, tudo se abandonou e deixou ficar à mercê das intempéries. Situado a 92 m. de distância do cunhal mais próximo dos Paços dos Duques de Bragança, 20 m. abaixo da sua cota de nível, o local escolhido para aquela construção é suficientemente grande para o fim em vista, tem boa exposição ao Sul, acessos amplos e fáceis. É, ainda hoje, um dos melhores locais que para a construção da “Domus Municipalis” em Guimarães se pode encontrar e, sem dúvida alguma, o mais económico de todos dado que pouco falta para a concluir. A objecção de que esta construção poderia prejudicar, pela sua proximidade, o **aspecto** dos Paços dos Duques de Bragança, em restauração, não colhe, tantas são em Guimarães as valiosas edificações de épocas diferentes que em boa vizinhança se valorizam mutuamente (...). Quanto a nós, a aceitação ou rejeição daquele local (...) deveria depender, apenas, das conclusões a que se pudesse chegar após uma revisão e actualização conscienciosa do programa e respectivo projecto do edifício. Isto é, parece-nos, o que o bom senso aconselha.”

---

<sup>9</sup> Este documento, consultável no espólio de Moreira da Silva, foi também publicado em Silva; Silva (1951), edição a que se referem os números de página indicados. Dada a raridade desta publicação, pareceu-nos relevante reproduzir aqui a longa passagem que se refere a este caso, que faz uma boa síntese das posições em confronto.

Esta defesa da manutenção da localização dos Paços de Concelho vai esbarrar na determinação do Estado Novo em procurar outra solução, sendo este um dos principais argumentos que obrigam à reformulação do Antepiano: o parecer da Direção Geral dos Serviços de Urbanização e Melhoramentos Urbanos do Ministério das Obras Públicas<sup>10</sup> é perentório (“a continuação do edifício já iniciado foi já superiormente rejeitada”) e, consequentemente, o Concelho Superior de Obras Públicas obriga à revisão do plano até 30 de setembro de 1952.<sup>11</sup>

Não sendo este o único argumento que obriga à revisão do Antepiano, é um dos pontos que merece uma justificação mais detalhada e enfática, em dois setores distintos do documento: inicialmente (pág. 5) considera ser de rejeitar a anterior solução, “apesar de [estar já] iniciado o edifício na sua construção, não só pela localização (...), superior e oficialmente condenada, mas também pela sua traça arquitectónica, completamente desatualizada, enormemente dispendiosa e anacrónica, mas também sob o ponto de vista funcional, pois que elaborado pela gerência camarária de 1923-25, não resolve já hoje as actuais necessidades exigidas a tais edifícios. Impõe-se, por isso, novo estudo para a sua implantação. Na praça onde se encontram as “Obras Novas” [atual Mumadona], com um arranjo conveniente e localizado mais a sul, poderia instalar-se qualquer edifício público, de menores proporções e que em nosso entender deveria ser o futuro Palácio da Justiça.” Esta decisão é depois reafirmada na página 29 do mesmo documento: “julga o Concelho condenável” a solução de finalizar a obra projetada por Marques da Silva “por ir prejudicar o aspecto grandioso do belo conjunto constituído pelos Paços e Castelo de Guimarães. Afigura-se ao Concelho que naquele local só deveria existir uma vasta praça de onde irradiem os vários arruamentos de penetração na cidade e os de acesso a esses dois monumentos nacionais, os mais imponentes que se erguem na cidade de Guimarães.” Importa referir que, a 30 de setembro de 1952, foi fixada no Diário do Governo uma área de proteção aos Paços dos Duques que inviabilizava definitivamente a localização do edifício de Marques da Silva no local onde se tinha iniciado a sua construção.

---

<sup>10</sup> Datado de 5 de Março de 1952 (Fundação Marques da Silva, espólio de Moreira da Silva, obra 2049, pasta 3).

<sup>11</sup> Ver parecer enviado ao Ministro das Obras Públicas em 19 de junho de 1952 e homologado em 22 de julho do mesmo ano (Fundação Marques da Silva, espólio de Moreira da Silva, obra 2049, pasta 3); encontra-se também publicado em Concelho Superior de Obras Públicas, 1952 (edição a que se referem os números de página indicados).

Mas, como referem Correia da Silva e Maria José Marques da Silva na memória descritiva do aditamento ao Antepiano (1953),<sup>12</sup> esta área de proteção parece “ter sido determinada mais com o propósito de impedir a conclusão das obras dos novos Paços do Concelho” e aplicar-se unicamente a este caso: não impediu a construção do novo Palácio de Justiça, no final da rua dos Combatentes da Grande Guerra, junto à nova praça, com “a respectiva localização” prevista “inteiramente dentro da já citada ZONA VEDADA A CONSTRUÇÃO.”

Na planta à escala 1:10.000 que acompanha este aditamento de 1953, Moreira da Silva inclui ainda a planta do edifício de Marques da Silva no centro da praça, mas indica também já a mancha de implantação do futuro Palácio de Justiça, sobre a avenida dos Combatentes da Grande Guerra. É difícil afirmar com precisão se esta implantação se baseia no edifício efetivamente construído (1955-60), com projeto de Luís Benavente, ou nos desenhos elaborados por Januário Godinho (em 1953) para o mesmo edifício, que se encontram no seu espólio.<sup>13</sup>

A proposta de Januário Godinho para o Palácio de Justiça de Guimarães era, no entanto, bastante diferente do edifício que hoje encontramos no largo de Mumadona, quer no desenho, quer na relação com a envolvente: se a implantação projetada por Luís Benavente bloqueia a avenida dos Combatentes da Grande Guerra, num claro desrespeito pelas intenções do plano de Luís de Pina (a relação entre o tridente de vias a sul e a praça fica comprometida), no desenho de Godinho a avenida dos Combatentes passava sob o edifício, cujo andar nobre se desenvolvia em ponte sobre o remate da via (com acesso, do lado do largo, por uma escadaria simétrica e monumental), permitindo a sua continuidade até à praça.

Desconhecemos as razões que levaram à decisão da escolha da proposta de Benavente; mas, aparentemente, esta foi tomada numa fase inicial do trabalho de Godinho, uma vez que os desenhos que se encontram no seu espólio não configuram um projeto completo, apenas hipóteses de trabalho para uma solução que não avançou.

O que é indiscutível é que, a partir de 1955, o nome de Luís Benavente surge ligado a duas das obras intervenções mais importantes realizadas na cidade: o projeto do novo

---

<sup>12</sup> Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães, 28 de Maio de 1953, peças escritas, aditamento “elaborado por determinação de sua Excelência o Ministro das Obras Públicas” (Fundação Marques da Silva, espólio de Moreira da Silva, obra 2049, pasta 1).

<sup>13</sup> Ver processo JG163, no Centro de Documentação da FAUP.

Palácio de Justiça e a adaptação do Convento de Santa Clara a Câmara Municipal, consequência do abandono das intenções de a edificar no atual largo de Mumadona ou de a instalar no Paço dos Duques.



**Figura 4.** Esquemas da evolução de Guimarães: a) traçado previsto no plano de 1925; b) traçado previsto no plano de 1949; c) traçado previsto no plano de 1982. Desenhos de Eduardo Fernandes, a partir de Ferrão; Afonso (2002a), CMG (1925), Silva; Silva (1951) e Távora (1982).

#### **4. Do Plano de Urbanização de Távora ao Plano de Pormenor de Siza.**

Em 1982, o Plano de Urbanização de Guimarães de Fernando Távora<sup>14</sup> propõe quatro áreas de expansão da cidade: a área a norte é dominada pela já prevista “implantação da Universidade do Minho (Pólo de Guimarães)”, a extensão para sul segue “no sentido da EN 105”, o crescimento para poente ocorre ao longo da nova variante à EN206 e, para nascente, dá-se continuidade à tendência já estabelecida pelo plano de Moreira da Silva, alterando a direção prevista na expansão de 1925 (Távora, 1982: 52-53).

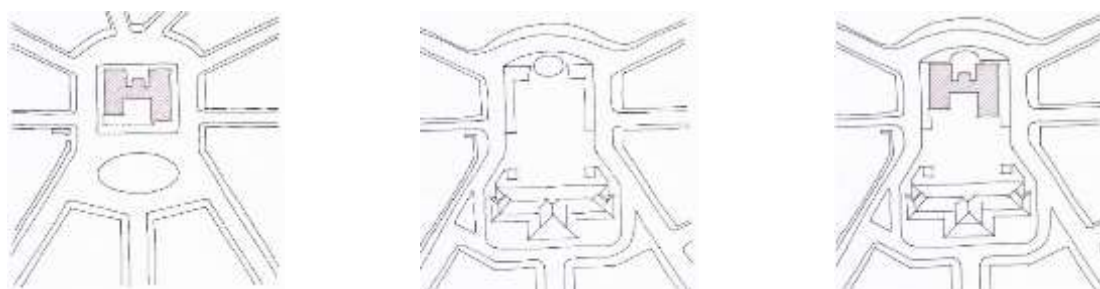
Esta orientação do crescimento a poente da cidade, ainda suportado pela estrutura radial que conflui no largo de Mumadona, tem a sua principal justificação na topografia do terreno, que é condicionante da ocupação do território desde a fundação do primeiro núcleo urbano. Se a cidade nasce num eixo norte/sul, na relação direta entre o castelo e o mosteiro, a sua expansão vai rodando progressivamente o seu eixo de referência, infletindo ligeiramente num movimento semelhante aos ponteiros de um relógio: se no Plano de Luís de Pina a expansão proposta era perpendicular à avenida Cónego Gaspar

<sup>14</sup> Este plano encontra-se arquivado na Fundação Marques da Silva, com a referência FIMS\_FT\_0207. O contrato foi assinado a 3 de janeiro de 1979, sendo o plano entregue em Janeiro de 1982, ano em que é também exposto publicamente; em 1991, Fernando Távora realiza uma revisão a este Plano Geral, que incide apenas sobre alguns aspetos pontuais, sem pôr em causa as principais premissas do trabalho anterior.

(assumindo uma direção norte/nascente), no desenho de Moreira da Silva a nova malha é (quase) perpendicular à avenida dos Combatentes (nordeste/nascente). Távora enfatiza esta nova orientação, que acompanha o curso das linhas de água e procura algum paralelismo com a direção dominante das linhas de fecho da topografia circundante (fig. 4).<sup>15</sup>

O largo de Mumadona continua a ocupar um lugar central no conjunto da área urbanizada da cidade, agora claramente definida pela nova circular rodoviária, que estabelece os novos limites da cidade consolidada a poente e norte do mesmo modo que a muralha os estabeleceu, no século XIV: com uma fronteira clara (Fernandes, 2016). Essa centralidade é ainda enfatizada pelo traçado da nova linha do teleférico, que liga a cidade ao alto da colina da Penha, que segue “o enfiamento da rua Cónego Gaspar” (Távora, 1982: 51), uma das vias radiais do Plano de Luís de Pina (fig. 4c).

Na sequência deste plano, é estabelecida a necessidade de elaboração de diversos vários Planos de Pormenor para setores estratégicos da cidade. O Plano da Zona Envolvente do Paço dos Duques de Bragança e Campo de São Mamede, desenvolvido por Álvaro Siza a partir de 1995, inclui o desenho de um parque de estacionamento no subsolo do largo de Mumadona, que se insere “nos objectivos de melhoramento e transformação da cidade de Guimarães, explicitados no Plano Geral”. O projeto de Siza (construído entre 2004 e 2010) destaca-se sobretudo pelo cuidado dedicado à relação com o exterior do piso enterrado de estacionamento, com a “existência de um pátio descoberto no qual se prevê um tratamento vegetal apropriado” (Siza, 2011), que permite a iluminação natural do piso inferior, com um efeito cénico invulgar, em espaços deste tipo.



**Figura 5.** Esquemas de ocupação do largo de Mumadona: a) implantação prevista no plano de 1925 para a Câmara Municipal; b) implantação atual do Tribunal com esquema de localização das rampas e escadas do novo parque de estacionamento; c) sobreposição da mancha de implantação de Marques da Silva sobre a situação atual do largo. Desenhos de Eduardo Fernandes, a partir de CMG (1925) e Siza (2011).

<sup>15</sup> Ver desenho 22 do plano, intitulado “Relevo”.

Na superfície, Siza redesenha o largo, onde as duas rampas (de entrada e saída de viaturas) se assumem como elementos fundamentais na organização do espaço; visto em planta, o novo desenho da praça parece evocar subtilmente o projeto não construído de Marques da Silva para os Paços do Concelho (fig. 5).

## **5. Conclusão.**

Face ao crescimento para nascente, previsto no Plano de Fernando Távora, o largo de Mumadona ocupa hoje um espaço central na cidade, sem que, no entanto, essa centralidade se traduza numa importância simbólica sensível para a população.

A própria designação “largo”, em vez de “praça” (aparentemente mais adequada face à sua dimensão), parece implicar uma desqualificação. Nem a proximidade aos mais notáveis monumentos da cidade (o Castelo, o Paço dos Duques e a muralha) ou aos seus edifícios de maior importância cívica, como o Tribunal e a Câmara Municipal, fazem com que os Vimaraneses olhem para este espaço como uma referência, do ponto de vista da atratividade, como o Toural, a praça da Oliveira ou mesmo o vizinho largo do Carmo.

Pensado inicialmente como o novo coração da cidade, este espaço sofreu as consequências da polémica criada com a construção (e posterior demolição) dos novos Paços de Concelho e a sua substituição pelo Palácio de Justiça. A imagem que aí encontramos hoje, marcada pela presença soturna do edifício do Tribunal, é a da vitória do poder central do Estado Novo (representado pela decisão da DGEMN e pelo desenho de Benavente) no confronto com o poder local, simbolizado pelas intenções de Mariano Felgueiras, Luís de Pina, Marques da Silva e Moreira da Silva para a Praça do Município, de que apenas a memória sobrevive.

Talvez por isso, a população não se reveja neste espaço; sendo central na configuração física da cidade, não deixa de ser um espaço esquecido, do ponto de vista das dinâmicas urbanas de Guimarães.

A história do largo de Mumadona, que aqui se tentou sintetizar, é mais uma confirmação de uma lição já muito conhecida: um centro cívico que se quer criar do nada nem sempre tem sucesso. O arquiteto/urbanista/decisor pode escolher, com as melhores intenções, onde o vai localizar, mas são os habitantes da cidade que lhe vão atribuir ou negar o valor simbólico.

**Agradecimento:**

Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

A investigação foi desenvolvida no âmbito dos trabalhos do projeto "Representações do Poder de Estado" do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), unidade de Investigação da Escola de Arquitetura (EAUM) e do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho.

**Bibliografia:**

CALDAS, Padre António (1881). *Guimarães, apontamentos para a sua história* (1996). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Gerência de 1923-25 (1925). *Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho – Memórias Descritivas*. Guimarães: Minerva.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES (1985). *Guimarães, do passado e do presente*. Guimarães: CMG / BPFCG.

CARDOSO, António (1997). *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do século XX*. Porto: FAUP.

CONCELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (1952). *Apreciação ao Relatório do Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Guimarães: CMG.

FERNANDES, Eduardo; JORGE, Filipe (2011). *Guia de Arquitectura de Guimarães*. Lisboa: Argumentum.

FERNANDES, Eduardo (2016). Encontrar o futuro na história: o Plano de Urbanização de Guimarães. In CORREIA, Jorge; BANDEIRA, Miguel, coord. - *PNUM 2016: Atas da V Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana - Os Espaços da Morfologia Urbana*. Guimarães: EAUM / LAB2PT, p. 177-87.

FERRÃO, Bernardo (2002). O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranesa. In MORAIS, Margarida; VAZ, Madalena, coord. - *Guimarães Património Cultural da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/GTL, Vol. II, p. 202-248.



FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão (2002a). A evolução da Forma Urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado. In MORAIS, Margarida; VAZ, Madalena, coord. - *Guimarães Património Cultural da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/GTL, Vol. I, pág. 5-185.

FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão (2002b). Edificações do Centro Histórico e sua envolvente com interesse patrimonial (fichas). In MORAIS, Margarida; VAZ, Madalena, coord. - *Guimarães Património Cultural da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/GTL, Vol. I, pág. 186-379.

FONTE, Barroso da (1992). *Mumadona, a fundadora de Guimarães*. Braga: Correio do Minho.

NEVES, António Amaro das (2017). *Por falar em projectos para o Toural*. In <http://araduca.blogspot.pt/> (consultado em 25.7.2017).

SILVA, Moreira da; SILVA, Maria José Marques da (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães. Porto, 1949*. Guimarães: Oficinas de S. José.

SILVA, José Custódio Vieira da (1996). Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães. *Patrimonia*, 1, p. 29-36.

SIZA, Álvaro (2011). *Praça e parque de estacionamento do largo da Condessa de Mumadona. Memória descritiva*. Documento inédito, cedido pelo gabinete do Arq. Álvaro Siza.

TAVARES, André (2010). *Em granito, a arquitectura de Marques da Silva em Guimarães*. Porto: FMS / CMG / FCG.

TÁVORA, Fernando (1982). *Plano Geral de Urbanização de Guimarães. Memória Descritiva*. Documento inédito, consultado no Arquivo da Fundação Marques da Silva (Referência FIMS\_FT\_0207).